



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

04 a 08/06/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS	10
5.1. Metas internas	10
5.1. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017	10
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	12
6.1. Produção e classificação de sentenças	12
6.2. Acervo concluso	13
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)	13
6.4. Audiências	13
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	14
7.1. Acervo da unidade	14
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	15
7.2.1. Acervo total.....	15
7.2.2. Acervo ativo.....	16
7.2.3. Acervo suspenso.....	17
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	18
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	18
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado	18
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	18
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	19
9.1. Balcão de entrada	19
9.2. Processos em segredo de justiça	19
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)	20
9.4. Documentos pendentes de juntada.....	21
9.5. Remessa externa	21
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	23
11. PROCESSOS SUSPENSOS.....	25



12.	RPVs e PRECATÓRIOS	27
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	28
14.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	29
15.	LIVROS E PASTAS	30
16.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	31
16.1.	CÍVEL.....	31
16.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	31
16.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização .	31
17.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	32
18.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	33
19.	ENCERRAMENTO	34



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 18ª Vara Federal Do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (18VF-RJ), de 04 a 08/06/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 45 a 48 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/00338 e) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/00343), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/00322) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/00317), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (2017/7747 e 2018/00346) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/00344), a Advocacia Geral da União – AGU (2017/7744 e 2018/00341) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (2017/7752 e 2018/00335).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal substituta Dra. Luciana Cunha Villar, no exercício da titularidade da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 2.538 processos, sendo 853 físicos e 1.685 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
- Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (18VF-RJ)

Data de instalação: 14/03/1984.

Endereço: Av. Rio Branco, n. 243, anexo II, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 1,5 Km

Juiz Titular: Dr. Flavio Oliveira | Lucas, convocado para o TRF da 2ª Região

Juíza Federal Substituta: Dra. Luciana Cunha Villar, no exercício da titularidade, desde 26/03/2018.

Diretora de Secretaria: Dr. Manoel da Silva Marins

Competências:

Cível

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Fev/16	3	9	0	0	12	13
Junho/18	02	09	00	02	13	14

Na prática há 11 servidores na unidade, pois há um motorista, e 2 servidoras em licença maternidade. Não há rotatividade no quadro. Não há servidores em teletrabalho.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor Manoel da Silva Maris, nomeado pela Egrêgia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras Daiana Silvestre Basílio e Lilian Pinto de Mello Verissimo, e pela Oficiala de Gabinete Simone Pires, todos bachareis em Direito, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

A cada dois meses é realizado rodizio de atividades e funções na Secretaria, modificando-se a titularidade de uma FC4, uma FC3 e uma FC5. Segundo o Diretor, a alternância de FCs começou com teste há cerca de 4 (quatro) anos e tem como resultados na unidade menos afastamentos, mais produtividade, e melhor possibilidade de reconhecimento ao mérito, não havendo disputa por funções. Contudo, há funções fixas no Gabinete são (uma FC5 e duas FC4, de Assistente dos Juizes). Na Secretaria há uma função fixa da Supervisora (FC-5) indicada como Diretora Substituta eventual.

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

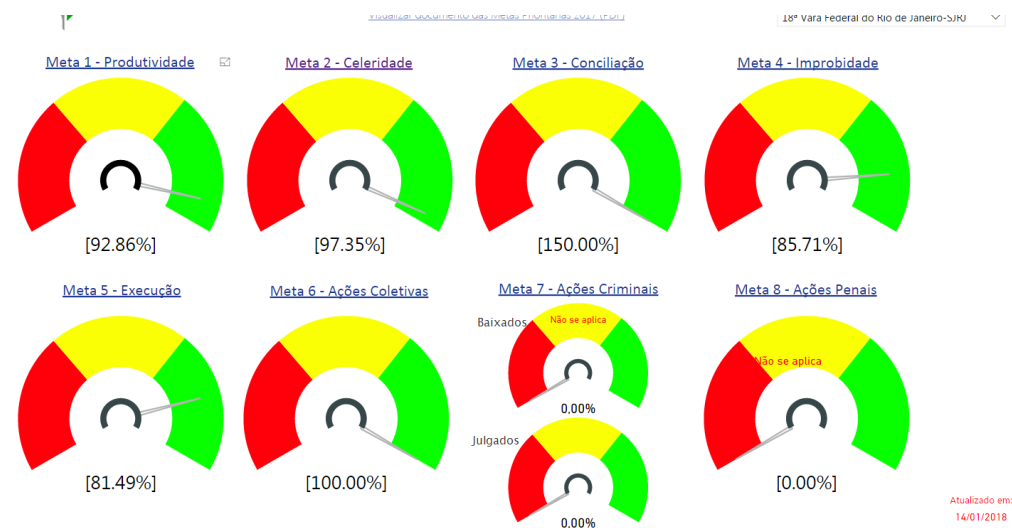
As metas objetivadas pela Secretaria é reduzir a quantidade de processos em trâmite. Não estabelece metas de produtividade pois está em dia a prolação de atos judiciais, conforme os prazos da CNCR.

Na unidade, é considerada em dia a expedição de atos cartórios com menos de quinze dias,

O monitoramento/avaliação dos trabalhos é feito em reuniões periódicas a cada 15 dias, onde é feita troca de ideias para uniformizar o trabalho. O Diretor de Secretaria informou que após a adoção de reuniões periódicas as pequenas falhas do dia-a-dia foram minizadas e encontrou um espaço para uniformizar instruções e acertar de procedimentos.

A unidade não está acompanhando o atingimento das metas do CNJ/2018.

5.1. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017



Não foram atingidas as Metas n°s 01 (92,86%), 02 (97,35%), 04 (85,71%) e 05 (81,49%), todas do CNJ/2017, a saber, por amostragem:

**Amostra de processos analisados:**

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00061633620144025101	Ordinária / outras	Atualização de contas / FGTS	S	Devolução de remessa carga da CEF	21/05/18
00052696020144025101	Ordinária / outras	Atualização de contas / FGTS	S	Devolução de remessa carga da CEF	07/05/18
00097410720144025101	Ordinária / outras	Atualização de contas / FGTS	S	Devolução de remessa carga da CEF	08/05/18
01469909720144025101	Ordinária / outras	Atualização de contas / FGTS	S	Movimentação cartorária tipo manifestação da parte autora	07/05/18
01050371120144025116	Embargos em ação monitória	Enorpestuni / contratos / civil	s	Conclusão para despacho – proferido despacho de mero expediente	07/06/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se à unidade reorganizar seus processos de trabalho para e monitorar os feitos abrangidos pelas metas do CNJ/2018, movimentando-os, ao menos, a cada 30 dias em cumprimento ao disposto nos artigos 227 e 228, CNCR.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 834 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2017 a 28/05/2018), com média de 69,5 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	264
B1	Homologatória de acordo	17
B2	Repetitiva (padronizada)	218
C	Sem resolução do mérito	335
D1	Penal condenatória	-
D2	Penal absolutória	-
D3	Rejeição de queixa	-
D4	Rejeição de denúncia	-
E1	Extintiva de punibilidade	-
E2	Suspensão condicional da pena	-

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 28/05/2018.

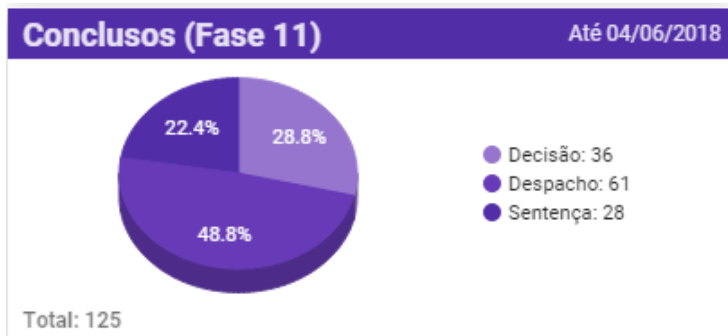
Incumbe exclusivamente aos juízes federais da 2ª Região a classificação dos tipos de sentenças em conformidade com os critérios estabelecidos em norma própria dos Conselhos de Justiça (Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0033573-64.2017.4.02.5101	0121205-31.2017.4.02.5101	0118464-18.2017.4.02.5101	0006569-52.2017.4.02.5101
0017156-02.2018.4.02.5101	0013956-60.2013.4.02.5101	0133194-34.2017.4.02.5101	0077147-74.2016.4.02.5101
0175130-44.2014.4.02.5101	0020114-92.2017.4.02.5101	0006814-68.2014.4.02.5101	0115041-89.2013.4.02.5101
0508801-14.2016.4.02.5101	0103206-65.2017.4.02.5101	0054316-66.2015.4.02.5101	0224627-22.2017.4.02.5101
0126385-33.2014.4.02.5101	0178598-11.2017.4.02.5101	0119606-57.2017.4.02.5101	0210136-10.2017.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 28/05/2018.

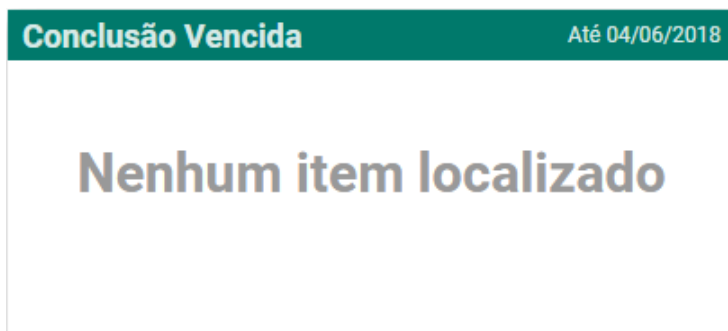


6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 04/06/2018

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 04/06/2018

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 04/06/2018, às 13 horas e 15 minutos) indica não haver processos conclusos para sentença, decisão e despacho há mais tempo que o previsto no art. 57, II, a, CNCR.

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/06/2017 até 31/05/2018) foram designadas aproximadamente 91 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



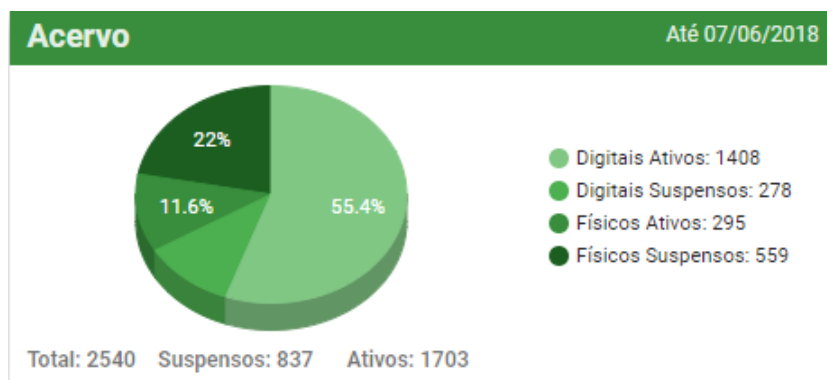
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

TRF2
Fls 82

7.1. Acervo da unidade

Mês : Maio		Situacao Processo		Trâmite	Suspensão	Recurso TRF-2	Total		
Measures	Vara	Ano	Processos	18ª Vara Federal do Rio de Janeiro	2013	2113	837	1783	4733
					2014	1636	927	1677	4240
					2015	1563	1014	1542	4119
					2016	1347	1088	1480	3915
					2017	1265	958	1379	3602
					2018	1675	851	1134	3660
					Total	9599	5675	8995	24269

Fonte: PORTAL, acesso em 07/06/2018



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 07/06/2018

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

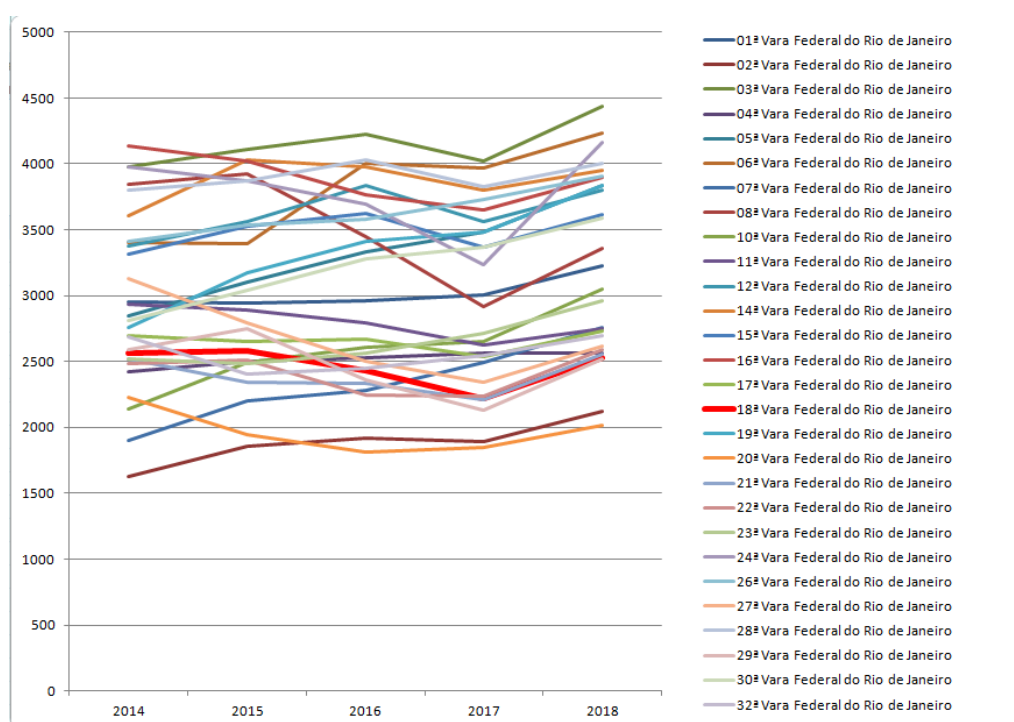
	Correição Julho/2014*	Correição Fev/2016*	Correição Junho/2018
Total	4.240	3.873	3.660
Suspensos	927	1.093	851
Remetidos para julgar recurso	1.677	1.479	1.134
Tramitação ajustada	1.636	1.301	1.675

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em 07/06/2018

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

TRF2
Fls 83

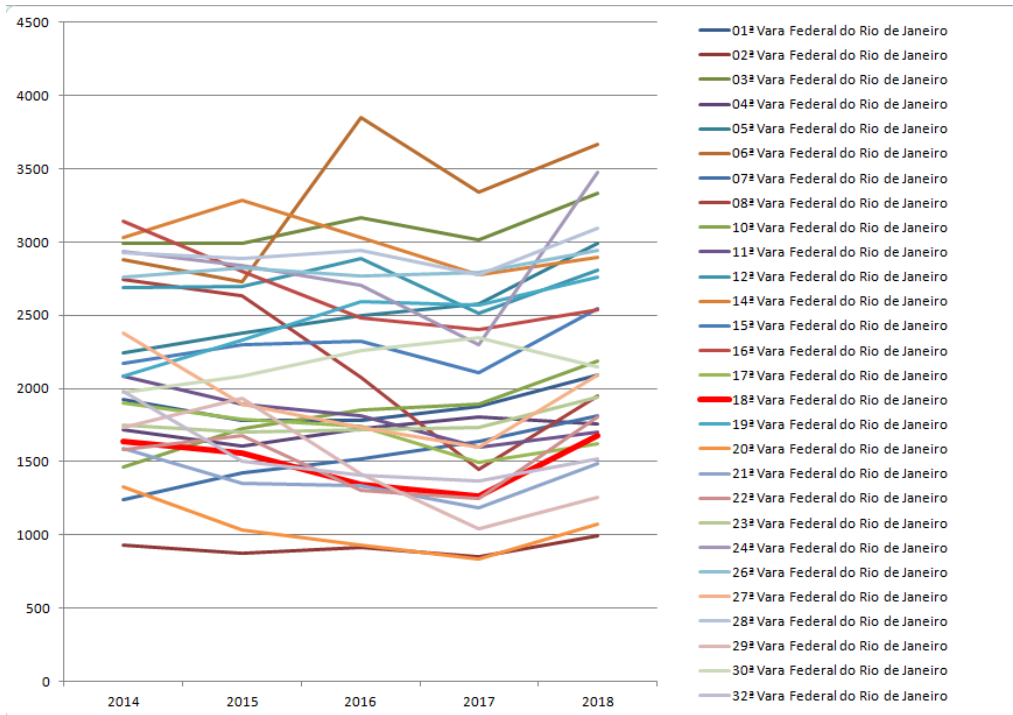
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 07/06/2018



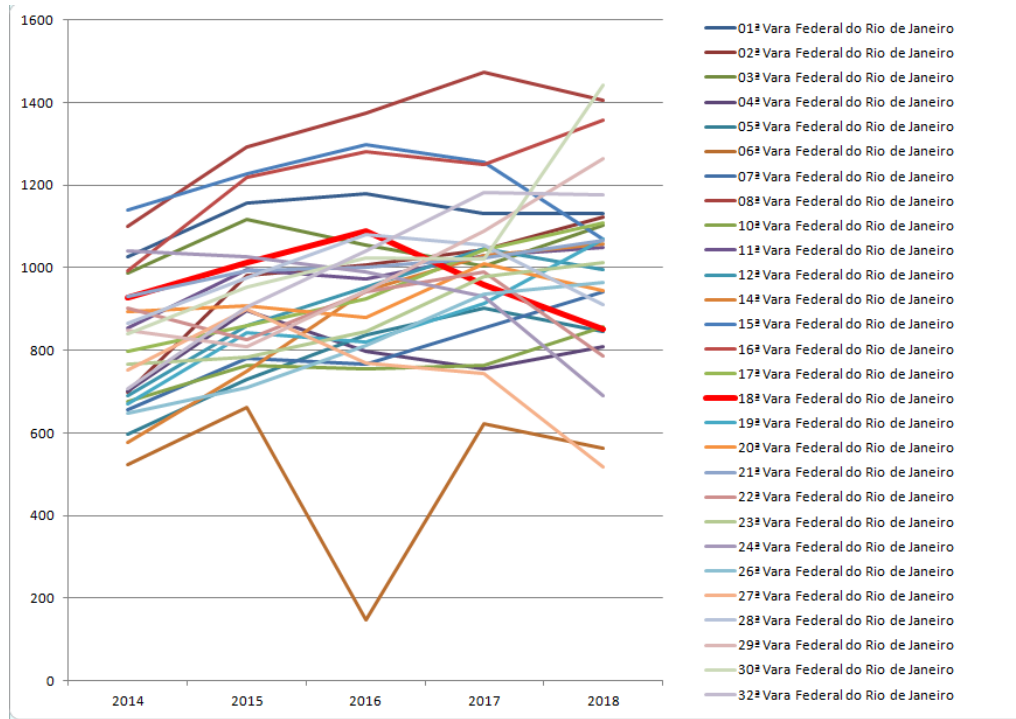
7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 07/06/2018



7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 07/06/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São considerados prioritários os processos de idosos.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

Todos os servidores processantes abrem conclusão para sentença durante o processamento, analisando se o feito está saneado e apto para sentença. O Diretor de Secretaria informou que percebeu redução na conversão em diligências após adotar reuniões periódicas para orientação da equipe e avaliação dos trabalhos.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

A 18VF-RJ envia praticamente todos os dias processos para julgamento de recursos no TRF, não havendo acúmulo de feitos pendentes de remessa. O controle e certificação de prazos é feito no dia seguinte ao vencimento.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação
0017126-84.2006.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.134824-5		Novo Documento Cadastrado - Apresentação de Petição		04/06/2018 14:10	WEBSERV	
0193267-69.2017.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000617-8/2018	MADUREIRA - RUA JOAQUIM DE OLIVEIRA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	6 cr	04/06/2018 15:55	JRJZRH	
0048386-62.2018.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000612-5/2018	BOTAFOGO - PRAIA BOIA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	7 cr	04/06/2018 16:26	JRJLES	
0048386-62.2018.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000611-0/2018	BOTAFOGO - PRAIA BOIA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	7 cr	04/06/2018 16:27	JRJLES	
0048386-62.2018.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000613-0/2018	BOTAFOGO - PRAIA BOIA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	7 cr	04/06/2018 16:28	JRJLES	
0023088-44.2013.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000667-5/2018	OSWALDO CRUZ - RUA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	04/06/2018 16:42	JRJZRH	
0137217-23.2017.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135292-7		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 16:47	WEBSERV	
0066397-42.2018.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000734-4/2018	SANTA CRUZ - RUA CADETE	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1 cr	04/06/2018 16:47	JRJTRN	
0005210-33.2018.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.437918-0		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Petiç		04/06/2018 16:58	PETWEB	
0014174-54.2014.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135468-7		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 17:19	WEBSERV	
0012570-13.2014.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135466-0		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 17:19	WEBSERV	
0111538-85.2014.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135529-2		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 17:21	WEBSERV	
0128416-26.2014.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135546-2		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 17:22	WEBSERV	
0166087-15.2016.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135577-2		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 17:23	WEBSERV	
0501048-35.2018.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438487-7		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Subs		04/06/2018 17:56	PETWEB	
0009141-44.2018.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438628-4		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Petiç		04/06/2018 18:14	PETWEB	
0214055-51.2017.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000722-1/2018	HIGIENOPOLIS - RUA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	3 cr	04/06/2018 18:16	JRJNKO	
0031829-73.2013.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438093-4		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Subs		04/06/2018 18:21	PETWEB	
0058275-11.2016.4.02.5101	4010	Remessa Interna para Cálculos reflexos	URGENTE	04/06/2018 18:21	JRJZRH	
0071255-19.2018.4.02.5101 - Local:18) TUT.0018.000047-1/2018	CENTRO - RUA MEXIC	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1 7	04/06/2018 18:23	JRJTRN	
0218018-23.2017.4.02.5101 - Local:18) 2018.3020.135726-0		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		04/06/2018 18:25	WEBSERV	
0002316-84.2018.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438770-1		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Subs		04/06/2018 18:32	PETWEB	
0055572-39.2018.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438793-3		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Apre		04/06/2018 18:34	PETWEB	
0111381-53.2014.4.02.5101 - Local:18) 2018.3000.438840-6		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet - Apeli		04/06/2018 18:44	PETWEB	
0223087-36.2017.4.02.5101 - Local:18) MAN.0018.000758-0/2018	FAZENDA CAVIAS - RUA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	04/06/2018 18:44	JRJAVT	

No dia 05/06/2018, às 12:45 horas, existiam 29 petições, 01 processo e 13 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária; todavia, nenhum com data de entrada anterior a 04/06/2018.

9.2. Processos em segredo de justiça

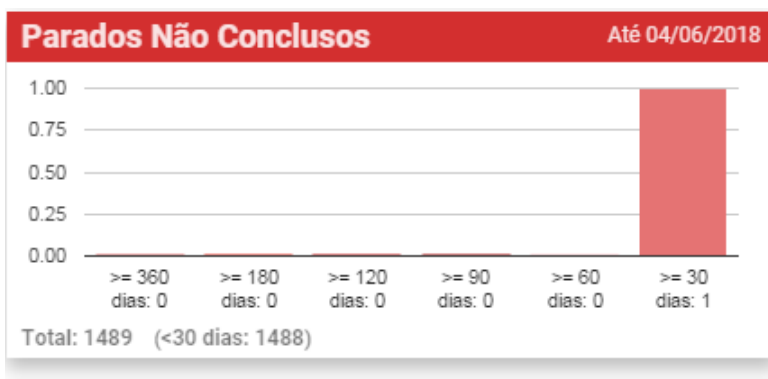
A	B
Posição em	04/06/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	5
Documento	10
Total Geral	15

Fonte: PORTAL, acesso em 04/06/2018



Número	Classe	Tipo de sigredo	Fls. da decisão de sigredo	Observação
00048507920104025101	Ordinária improbidade adm.	Documento	---	Registrado sigilo de peças no sistema de acompanhamento processual
01364794020144025101	Ordinária servidor público	Sistema	74	Decisão de 11/07/2014, considerando a doença grave que acometeu o autor
00295201120154025101	Execução p/ título extrajud.	Documento	97	Decisão de 15/08/2017 - dados relativos à declaração de IRPF do réu
00177155620184025101	quebra de sigilo de dados e/ou telefônico	Sistema	536	Decisão de 20/03/2018 - sigilo de dados bancários do réu
05082275420174025101	ACP improbidade adm.	Documento	2.548	Decisão de 25/10/2017 – sigilo de dados telefônicos

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 04/06/2018

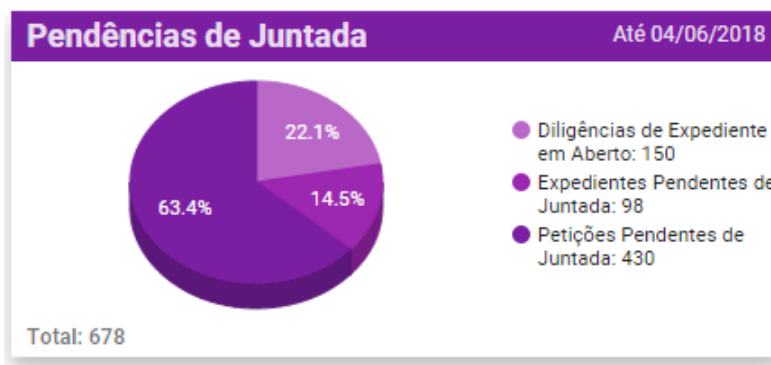
Processo inspecionado

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
----------	--------	-----------------------------	---------------	---------------	--------------------



0193267-69.2017.4.02.5101	Ação Monitória	sim	Movimentação Cartorária tipo expedir mandado	30	06/04/18
---------------------------	----------------	-----	--	----	----------

9.4. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 04/06/2018

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda a juntar	Local do processo
1	0158171-91.1900.4.02.5101	Anotação adiante	9331	Arquivo Geral
2002.0018.001738-2	0252193-44.1900.4.02.5101	Anotação adiante	5779	18VF
2004.0018.246540-2	004896783.1995.4.02.5101	Anotação adiante	5106	18VF
2003.0018.647088-6	0006069-79.2000.4.02.5101	Anotação adiante	5305	TRF
2006.7152.103647-8	0017677-74.2000.4.02.5101	Anotação adiante	4361	18VF

O Diretor esclareceu que as 5 petições da amostra foram protocoladas nas gestões anteriores, e não foram localizadas, destacando que a juntada de petições no Juízo está rigorosamente em dia, e que solicitou auxílio da informática para a baixa de dezenas de petições que estão cadastradas sob o nº "1", a exemplo da primeira da amostra.








9.5. Remessa externa



Não há processos com prazos de remessa externa vencidos:

TRF2
Fls 90

Dados referentes ao dia: 28/05/2018

Relatório atual       

Ano : 2018 Mês : Multiple Vara : 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro Localização Atual : Externo

Measures Data Último Movimento

Tipo de Processo	<Drop columns here>
Situacao Processo	<Drop rows here>
Último Movimento	
Complemento Fase	



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	11	03	14
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	07	01	08
Outras ações/Improbidade Administrativa	03	02	05
Ações Populares	00	00	00
Mandados de Segurança Coletivas	03	03	06
Habeas Corpus	--	--	--
Processos criminais com réus presos	--	--	--

Processo	Classe	Objeto da ação	Último Movim.	Data do último Movim.
0020370-94.2001.4.02.5101	Ação Civil Pública	Indenização por dano ambiental.	Remessa para o MPF para manifestação	07/06/2018
0032116-90.2000.4.02.5101	Ação Civil Pública	Suspensão de direitos políticos. Multa civil. Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.	Movimentação cartorária tipo processamento	18/06/2018
0020733-62.1993.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo	Reajuste de 28,86% das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93.	Remessa para o PRF para manifestação	18/06/2018
0044362-98.2012.4.02.5101	Ação Civil Pública	Proibição dos Réus ofertarem contrato de seguro. Indenização por violação de direitos do consumidor.	Expedição de Certidão	12/06/2018
0000371-09.2011.4.02.5101	Ação Civil Pública	Demolição de construção com a recuperação da área. Indenização por dano ambiental. Proibição de introduzir e manter qualquer espécie animal.	Expedição de Certidão	25/05/2018



0081904-48.2015.4.02.5101	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Perda de função pública. Perda de direitos políticos. Pagamento de multa civil. Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.	Conclusão para decisão	18/06/2018
0020793-63.2015.4.02.5101	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil sobre o acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.	Devolução de remessa	21/06/2018
0508227-54.2017.4.02.5101	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil sobre o acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.	Movimentação cartorária tipo expedir ofício	18/06/2018
0061299-76.2018.4.02.5101	Mandado De Segurança Coletivo / Servidor Público	Manter o pagamento da GAE/GCT e ATS, obstar o desconto de diferenças de vencimentos, bem como devolver qualquer valor debitado à título de reposição ao erário.	Movimentação cartorária tipo expedir ofício	21/06/2018
0002625-91.2007.4.02.5101	Ação Civil Pública	Irregularidade na concessão de financiamento e na construção de condomínio. Condenação da CEF a arcar com as obras necessárias ao reparo da edificação.	Remessa, carga para a CEF para recurso	20/06/2018



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0015092-63.2011.4.02.5101	RE nº 591.797 e RE nº 631.363	Suspensão em decorrência do paradigma: Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I
0000562-83.2013.4.02.5101	RE nº 591.797 e RE nº 631.363	Suspensão em decorrência do paradigma: Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I
0103299-04.2012.4.02.5101	RE nº 754.276 e REsp nº 1.186.513	Suspensão em decorrência do paradigma: Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente
	RE nº 565.160 e RE nº 593.068	Suspensão em decorrência dos paradigmas: (i) Alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações; e (ii) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.
0014433-54.2011.4.02.5101	RE nº 565.160 e RE nº 593.068	Suspensão em decorrência dos paradigmas: (i) Alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações; e (ii) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0060637-88.2013.4.02.5101	parcelamento	24/04/18	Acordo celebrado entre as partes, suspensão o feito por 24 meses
0160587-02.2015.4.02.5101	parcelamento	01/03/18	Acordo celebrado entre as partes, suspensão o feito por 24 meses
0002077-90.2012.4.02.5101	aguardando decisão instância superior	10/10/17	As peças juntadas aos autos, em 09/03/2018 (fls. 163/356), informam que os recursos interpostos foram julgados
0002939-61.2012.4.02.5101	aguardando decisão instância superior	24/04/18	aguardando julgamento do agravo interposto contra a decisão que inadmitiu o recurso especial



0003845-51.2012.4.02.5101	aguardando decisão instância superior	26/04/18	aguardando julgamento do agravo interposto contra a decisão que inadmitiu o recurso especial
---------------------------	---	----------	---

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

SMJ, deve ser dado andamento no processo nº 0002077-90.2012.4.02.5101, diante do julgamento dos recursos em instâncias superiores.



12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 36 precatórios e 203 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2017 a 30/05/2018). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 31 precatórios e 136 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
01086594620144025101	Precatório	05/06/17	29/06/17	Regular. Não houve demora entre o cadastro e o envio do precatório.
00996869720174025101	RPV	21/06/17	26/09/17	Regular. Não houve demora injustificada entre o cadastro e o envio do precatório.
00673949320164025101	RPV	20/06/17	26/09/17	Regular. Não houve demora injustificada entre o cadastro e o envio do precatório.
00793374420154025101	RPV	09/06/17	26/09/17	Regular. Não houve demora injustificada entre o cadastro e o envio do precatório.
00205456320164025101	Precatório	19/07/17	26/09/17	Regular. Não houve demora injustificada entre o cadastro e o envio do precatório.



13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 180 e 181 da CNCR.

Em 06/06/2018, havia 68 anotações de acautelamento de bens, tais como CD's, cartas de fiança, nota promissória, cópias de contrato, guardados no cofre e em pastas localizadas no armário abertas, durante a Correição, na presença do Assessor Judiciário da Corregedoria, Fábio Aldrovando, do Diretor de Secretaria, Manoel da Silva Marins, da Supervisora, Daina Silvestre Bazilio e do servidor da Corregedoria, Victor Manoel Martinez.

As cartas de fiança estavam acauteladas em pastas na estante ao lado da mesa do Diretor.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0006832-26.2013.4.02.5101	10/04/14	sim	Acautelado DVD (fl. 1.214).
0011950-51.2011.4.02.5101	20/03/17	sim	Acautelado CD (fl. 2.556).
0015930-40.2010.4.02.5101	20/04/17	sim	Acautelado CD (fl. 3.506).
0013136-03.1997.4.02.5101	03/03/16	sim	Acautelado Nota Promissória (fl. 395).
0503449-75.2016.4.02.5101	25/11/16	sim	Acautelado contrato (fl. 170).



14. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro está localizada no 10º andar (Anexo II) da Av. Rio Branco, nº 243, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e tem boas instalações, bem conservadas e limpas.

Na entrada de ambos os anexos há detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. Na entrada do prédio pela Av. México há uma sala para os agentes de segurança da Justiça Federal e para a equipe de segurança tercerizada.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* é funcional, com mobiliário bem dividido em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições.

O ar-condicionado funciona bem, refrigerando adequadamente o ambiente, e a sala de audiências atende bem ao juízo.



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 07 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) **Livro de ponto:** termo de abertura lavrado em 01/05/2018. Devidamente datadas e assinadas as páginas;
- 2) **Livro de reclamação:** termo de abertura lavrado em 19/02/2009. Não há reclamação registrada. Há um elogio e registros de inspeções;
- 3) **Vistas a advogados e peritos:** termo de abertura lavrado em 30/10/2017. Devidamente datadas e assinadas as páginas;
- 4) **Pasta de registro de impedimento e suspeição de magistrados atuantes no juízo e remessa de autos ao juiz tabelar:** termo de abertura lavrado em 22/05/2018;
- 5) **Atos de audiência:** termo de abertura lavrado em 22/05/2018;
- 6) **Acautelamento:** termo de abertura lavrado em 12/03/2009.
- 7) **Entrega de autos sem traslado:** termo de abertura lavrado em 12/03/2009.

Ressalte-se que o diretor de secretaria informou que não há propriamente todas as pastas. Os documentos são mantidos com presilha, sem pasta e sem livro.

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas, e com termo de abertura lavrado. Não há registros de reclamações.



16. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

16.1. CÍVEL

16.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos que versam sobre repatriação de criança ou adolescente por cooperação internacional no Sistema APOLO.

16.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Nos termos do art. 73 da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), que entrou em vigor em 21/11/2017 (art. 125): “A naturalização produz efeitos após a publicação no Diário Oficial do ato de naturalização.” Portanto, não compete mais à Justiça Federal a entrega do certificado. Nada obstante, não há no Sistema APOLO processo pendente sobre a entrega de certificado de naturalização (classe: 7010).



17. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.

18. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. Monitorar os feitos abrangidos pelas metas do CNJ/2018, movimentando-os, ao menos, a cada 30 dias em cumprimento ao disposto nos artigos 227 e 228, CNCR (item 5.1)
2. Reativar e dar andamento nos Embargos à Execução nº 0002077-90.2012.4.02.5101, suspensos desde 10/10/2017 aguardando a decisão definitiva do recurso especial interposto, bem como do agravo em recurso extraordinário nº 1068511, cujos julgados, certidões de julgamento e trânsito em julgado já se encontram juntadas às fls. 162/356.



19. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Marcos Augusto Rodrigues Guilam, Victor Manoel Martinez, José Vicente Benevenuti e Frederico Lourenço Ribeiro, revisado e subscrito por FABIO ALDROVANDO, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário